

## **DISTANCIAMENTO SOCIAL E OS (DES) CAMINHOS DE UMA NOVA SEGREGAÇÃO: RETRATOS DE IMPACTOS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Luana Lemos de Almeida<sup>1</sup>

Matheus Wisdom Pedro de Jesus<sup>2</sup>

Sumaia Midlej Pimentel Sá<sup>3</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo discutir as possíveis repercussões do distanciamento social a partir das narrativas das mães, diante do que foi imposto como medida de prevenção à contaminação do Coronavírus, na inclusão/segregação das pessoas com deficiência na sociedade. O presente estudo é qualitativo, de caráter exploratório e foi realizado na cidade de Salvador - Bahia, com a participação de seis mães de pessoas com deficiência com idade entre 33 e 59 anos. A coleta de dados foi efetuada no formato remoto, por causa da pandemia da COVID-19, utilizando-se de uma videochamada ou dos aplicativos Google Meet ou Zoom e submetidas à análise de dados, usando-se o Método de Interpretação de Sentidos. Os resultados levam a pensar que a pandemia do Coronavírus acentuou as lacunas que transitam entre a inclusão de pessoas com deficiência e as barreiras sociais encontradas em diversos meios, transformando, assim, o isolamento necessário em um afastamento do convívio social e, por vezes, de uma marginalização de grupos minoritários. Os retratos futuros da pandemia, por conseguinte, tenderão a refletir os resultados desse hiato de convivência e como isso repercutirá na inclusão da pessoa com deficiência, mesmo diante das políticas públicas e dos movimentos, que buscam minimizar os entraves pré-existentes.

**Palavras-chave:** Distanciamento Social. COVID-19. Segregação. Deficiência.

### **ABSTRACT**

This article discusses the possible repercussions of social distancing through mothers' narratives facing what was imposed as a measure to prevent the contamination of the Coronavirus in the inclusion/segregation of people with disabilities in society. The present study is qualitative and exploratory and was developed in Salvador - Bahia, with the participation of six mothers of people with disabilities aged between 33 and 59 years old. Data were collected remotely, through google meet or Zoom video meetings, due to the COVID-19 pandemic, and submitted to data analysis through the Senses Interpretation Method. Results may lead to the conclusion that the Coronavirus pandemic has accentuated the gaps between the inclusion of people with disabilities and the social barriers found in various environments, thus transforming the necessary isolation into a distancing from social life and, sometimes, marginalization

1 Mestre em Família na Sociedade Contemporaneidade (UCSAL). Membro do Grupo de Pesquisa Família, Inclusão e Desenvolvimento Humano (UCSAL),

2 Mestre em Educação e Contemporaneidade (UNEB). Membro do Grupo de Pesquisa Família, Inclusão e Desenvolvimento Humano (UCSAL) e do Grupo de Pesquisa Pensamento e Contemporaneidade (UNEB). Psicopedagogo da APAE Salvador e professor da Rede Municipal de Salvador.

3 Doutora e Professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSAL). Líder do Grupo de Pesquisa Família, Inclusão e Desenvolvimento Humano (UCSAL). Professora Adjunta da UNEB.

of minorities. Therefore, the future portrayals of the pandemic will tend to reflect the results of this gap in coexistence and how it will have repercussions on the inclusion of people with disabilities, even in the face of public policies and movements which seek to minimize pre-existing obstacles.

**Keywords:** Social Distancing. COVID-19. Segregation. Disabilities.

## INTRODUÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, na China, foi identificado o primeiro caso de COVID-19, doença infecciosa causada pelo Coronavírus SARS-CoV2. O vírus se espalhou, inicialmente, pelo continente asiático e depois migrou para os demais continentes. No Brasil, o primeiro caso foi registrado na segunda quinzena de fevereiro de 2020. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu o surto da doença como pandemia (OPAS, 2021) e medidas preventivas foram preconizadas, com o propósito de evitar a contaminação e salvar vidas.

Os sintomas mais comuns da COVID-19 são: febre, cansaço e tosse seca. Entretanto, parte dos infectados pelo SARS-CoV2 podem desenvolver quadros graves e chegarem à óbito. No Brasil, foram confirmados 20.212.642 casos de infecção e 564.773 mortes até 10 de agosto de 2021 (GAZETA DO POVO, 2021). Diante da inexistência de tratamento específico para a doença, o distanciamento social - junto a outras medidas sanitárias - foi implementado como estratégia de contenção da transmissão do vírus, o que permitiria tempo para o desenvolvimento de vacinas pelos pesquisadores, assim como uma vacinação global. Atrélado aos altos índices de óbitos durante a pandemia, surge a preocupação direcionada aos grupos mais vulneráveis, dentre esses, o das pessoas com e em situação de deficiência.

Como medida protetiva, as escolas foram fechadas, tratamentos médicos não emergenciais e terapias presenciais foram suspensas. Sendo assim, as pessoas buscaram na tecnologia uma nova forma de realizar atividades que antes eram presenciais, escolas foram aos poucos retomando as suas atividades de forma remota, assim como terapeutas de reabilitação e habilitação passaram a fazer uso da tecnologia no exercício do cuidado, entretanto, o uso da tecnologia pode excluir as pessoas com deficiência (BARBOSA et al., 2020, p. 93).

É digno de nota que, no cenário atual em que a (des)informação e o atravessamento delas ganha pautas controversas, foram criadas - ainda que em menor expansão - cartilhas e informativos para pessoas com deficiência, com a finalidade de mantê-las atualizadas e pensar possibilidades melhores de prevenção dentro dos seus lares e no breve contato com a comunidade e o mundo exterior. Embora as medidas de precaução sejam necessárias, a pauta se direciona para o seguinte questionamento: até que ponto o distanciamento social naturalmente imposto contribui para um novo modelo de segregação temporária e quais as possibilidades de rupturas nas estruturas pré-engajadas em prol da inclusão?

Este estudo teve o seu projeto submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica do Salvador e parte das discussões que eclodiram do Grupo de Pesquisa Família, Inclusão e Desenvolvimento Humano. Sendo assim, este artigo tem por objetivo discutir, a partir das narrativas de mães de pessoas com deficiência, as possíveis repercussões do distanciamento social, imposto como medida de prevenção à contaminação do Coronavírus, na inclusão/ segregação das pessoas com deficiência na sociedade.

## ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

O presente estudo é qualitativo de caráter exploratório e foi realizado na cidade de Sal-

vador - Bahia, com a participação de seis mães de pessoas com deficiência com idade entre 33 e 59 anos. Concernente ao perfil característico das entrevistadas, cinco tinham ensino superior completo, três eram evangélicas, duas católicas e uma batista, de classe socioeconômica-cultural relativamente bem definida, com base no critério de renda familiar mensal média. Os filhos tinham entre oito e 21 anos de idade; eram três do sexo masculino e três do sexo feminino, todos primogênitos, dentre eles três filhos únicos. Com relação ao diagnóstico, dois filhos tinham Síndrome de Down, dois tinham Paralisia Cerebral, um com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e um com Deficiência Intelectual.

Quadro 1: Caracterização dos informantes-chave e dos filhos com deficiência

NOME	IDADE	GÊNERO	POSIÇÃO NA PROLE	ESCOLARIDADE	RELIÇÃO	DIAGNÓSTICO
<b>CECÍLIA</b> <b>ANDRÉ</b>	33 08	F M	Primogênito	Sup. Compl. (Psicóloga) Fund. Incompl.	Evangélica	Deficiência Física/ Paralisia Cerebral
<b>BEATRIZ</b> <b>GABRIELA</b>	59 21	F F	Única	Ensino fundamental incompl. (aposentada) 9º ano do ensino fundamental	Evangélica	Deficiência intelectual
<b>ELIANA</b> <b>HELENA</b>	40 10	F F	Primogênita	Sup. Compl. (Pedagogia)	Católica	Deficiência física e intelectual / Paralisia cerebral e Síndrome de West
<b>DANIELA</b> <b>FLÁVIA</b>	42 09	F F	Primogênita	Sup. Compl (contadora/ confeitadeira) 4º ano ensino fundamental	Evangélica	S. de Down
<b>IARA</b> <b>MARIO</b>	48 09	F M	Unico	Sup. Compl. Com MBA (Economia) 3º ano ensino fundamental	Católica	S. de Down
<b>JULIA</b> <b>LUCAS</b>	49 17	F M	Unico	Bancária	Batista	TEA severo

Fonte: Autor (2021)

Foram incluídas mães com idade igual ou superior a 33 anos, que tinham na família a presença de uma pessoa com deficiência, que morasse há mais de um ano no mesmo domicílio e que se sentissem à vontade em utilizar as tecnologias de informação. A seleção dos informantes foi realizada a partir das redes sociais dos pesquisadores, bem como de profissionais da saúde e

educação, que tinham contato com essas famílias.

A participação dos informantes foi voluntária, celebrada pela assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa. A coleta de dados foi realizada no formato remoto, utilizando-se de uma videochamada ou dos aplicativos Google Meet ou Zoom, a depender da preferência do informante. Iniciou-se a coleta pela aplicação de um formulário contendo questões sobre o perfil do informante e do seu filho com deficiência, seguida de uma entrevista semiestruturada contendo perguntas relacionadas à rotina e às dinâmicas familiares e modificações que possam ter ocorrido nesse período de distanciamento social, devido à Pandemia por COVID-19. Após a entrevista, os depoimentos foram transcritos *ipsis litteris* e submetidos à análise de dados, utilizando-se o Método de Interpretação de Sentidos de Minayo, Deslandes e Gomes (2015).

Para uma análise que contemple os demais discursos sem que eles se tornem repetitivos ou prolixos, usaremos a narrativa coletada concernente à Cecília, que corresponde aos impactos que acometeram a família e o seu filho André, que possui deficiência múltipla, a saber, paralisia cerebral e deficiência física. A genitora em questão possui 33 anos, não possui cônjuge, tem dois filhos, um menino de oito anos, com paralisia cerebral, e uma menina de quatro anos.

## **ESTIGMA E DIREITO AO CONVÍVIO SOCIAL**

O estudo do direito ao convívio social da pessoa com deficiência perpassa a análise do estigma, na medida em que tais pessoas tiveram cerceado seu direito de ocupar espaços sociais por portar características não desejadas socialmente que dificultavam a interação com os que se consideram não estigmatizados.

O estigma, na Grécia antiga, designava uma marca que distinguia o indivíduo que o portava dos demais, já na Era Cristã, o termo passou a referir a sinais designativos de distúrbios físicos. Goffman aduz que o termo estigma é “um atributo profundamente depreciativo” (GOFFMAN, 1981, p. 6), que destoia da expectativa normativa do grupo que o indivíduo pertence. O estigma, portanto, possui um conceito relacional, pois a característica é depreciativa em relação ao grupo.

A interação entre a pessoa que possui o estigma e os que não possuem, pessoas ditas “normais”, cria o que Goffman (1981), nomeou de interações mistas. Nessas, as pessoas sem deficiência buscam explicações para justificar as características tidas como não humanas, sobrenaturais, inclusive, com imputações secundárias (gritar ou tentar levantar o cego), assim como a busca por explicações racionais para a “anormalidade” como algo que os seus ascendentes fizeram, que poderia explicar a sua condição.

De acordo com Goffman (1981), as interações mistas são angustiantes para ambos, a angústia de pessoas sem deficiência consiste no seguinte dilema: dar atenção ao atributo depreciativo e correr o risco de cometer excessos ou ignorar o atributo esquecendo os seus limites?

Nós próprios podemos sentir que, se mostramos sensibilidade e interesse diretos por sua situação, estamos nos excedendo, ou que se na realidade, esquecemos que ele tem um defeito, far-lhe-emos, provavelmente, exigências impossíveis de serem cumpridas ou, inadvertidamente, depreciaremos seus companheiros de sofrimento (GOFFMAN, 1981, p. 18-19).

Quatro décadas após a publicação do estudo de Goffman, parece persistir na sociedade a angústia relatada pelo autor, assim como a separação entre os supostos “normais” x pessoas sem deficiência. Os indivíduos com alguma característica tida como fora do padrão ainda são estigmatizados. Uma das importantes contribuições do estudo de Goffman está na atribuição do

caráter relacional ao estigma, necessário para se repensar um ideal uniforme de normalidade.

O reconhecimento das pessoas estigmatizadas foi relevante para assecuração do direito à diferença, ou seja, em que pese manutenção do padrão normal x anormal foi assegurado ao que possui características desviantes o direito de existir como diferente. O reconhecimento da diferença possui a sua relevância, mas é importante questionarmos a permanência da comparação com a noção de um indivíduo melhor e o “diferente de quem?” ele seria (MAGALHÃES, 2015).

Nesse ponto, emerge o direito fundamental à diversidade como fundamento dos direitos humanos, ao romper com a uniformização hegemônica e “existência livre e comum”, que contempla a diversidade humana. Magalhães (2015) esclarece que isso se diferencia da permissão, reconhecimento e até mesmo inclusão do diferente, pois há quebra do “o que” ou “quem” se é diferente.

Nesse contexto, o direito à convivência social dialoga com o direito fundamental à diversidade, na medida em que assegura o direito à existência da pessoa com deficiência, sem exigir, em troca, uma posição de inferioridade.

## **A PANDEMIA E OS (DES) CAMINHOS DE UMA NOVA SEGREGAÇÃO**

A pandemia da COVID-19 teve, como ponto marcante no seu estágio inicial, a orientação de manter um distanciamento social entre pessoas, mesmo para aqueles que faziam parte da mesma família, para que evitassem proliferação viral e eventuais óbitos. Embora isso tenha atingido as pessoas como um todo, de diversas maneiras, é importante salientar o quanto as pessoas com deficiência, em especial aquelas que precisam de outrem para realizar atividades da vida cotidiana, foram afetadas pela necessidade de se manterem isoladas.

Se por um lado as políticas públicas para as pessoas com deficiência sempre fomentaram a participação plena dos indivíduos em sociedade nas mais diversas instâncias como sujeitos ativos, agora existia uma necessidade urgente a ser considerada, que se enveredava pela contramão dos discursos inclusivos com sérias perspectivas de retrocesso em relação aos avanços já conquistados diante das lutas e movimentos sociais (BRASIL, 2015). Ademais, e digno de nota, a imprevisibilidade dos períodos de distanciamento social recomendados acentuava essas questões, pela não perspectiva de retorno ao convívio outrora estabelecido entre as pessoas.

Como grupo ainda minoritário diante de um cenário mundial devastador como a pandemia, a resignificação de um “novo normal” transitou entre questões como distanciamento das escolas - e, conseqüentemente, de eventuais atividades adaptadas -, bem como dos procedimentos terapêuticos, com vistas à melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência. Evidentemente, esses não são os únicos espaços a serem frequentados, contudo se tornam, pela rotina, como os preponderantes em que a família e a criança se deslocam com maior frequência. Nesse sentido, retomar alguns estudos é fundamental para melhor compreensão de uma nova realidade ainda não vivenciada por pessoas com ou sem deficiência. Referindo-se às pessoas com deficiência, Goffman (1980, p. 35) aponta que

A relação do estigmatizado com a comunidade informal e as organizações formais a que ele pertence em função de seu estigma é; então, crucial. Essa relação, por exemplo, estabeleceu grande distância entre aqueles cuja diferença cria muito pouco de um novo ‘nós’ e aqueles, como os membros de grupos minoritários [...]

Segundo o autor, existe uma configuração histórico-social que interpõe uma distância entre aqueles que, por alguma razão e possivelmente por causa da deficiência, são considerados

estigmatizados por serem vistos como “diferentes” e fogem ao conceito de normalidade esperado pela sociedade. A história, como um todo, traz relatos de modelos de segregação por muito tempo (re)produzido como forma de isolar ou reprimir a deficiência dos principais seios sociais e a direcionando para uma posição à margem dos convívios e interações. É válido lembrar, nesse aspecto, que:

Percorrendo os períodos da história universal, desde os mais remotos tempos, evidenciam-se teorias e práticas sociais segregadoras, inclusive quanto o acesso ao saber. Poucos podiam participar dos espaços sociais nos quais se transmitiam e se criavam conhecimentos. A pedagogia da exclusão tem origens remotas, condizentes com o modo como estão sendo construídas as condições de existência da humanidade em determinado momento histórico (BRASIL, 2004, p. 322).

A “pedagogia da exclusão” nos remete a um tempo de segregação autodeclarada e nos direciona a um pensamento contemporâneo sobre as reais possibilidades de inclusão frente a uma sociedade que, por natureza, humilha e aparta a pessoa com deficiência. Nesse cenário, qual é representatividade da pessoa com deficiência durante a pandemia diante do distanciamento social? Sob quais olhares perpassam um eventual novo modelo que, disfarçadamente e de maneira inconsciente, reforçam a exclusão (des)humana de séculos atrás?

Pensar nesse contexto acima mencionado é atribuir à pandemia olhares de nuvens brancas, em que os devaneios surgem e perpassam dentro de uma construção social que, de forma natural, atribui questões secundárias à vez e à voz da pessoa com deficiência, dos seus familiares e responsáveis. O distanciamento social ganha propriedades de um apartamento social e se ignora o fato de que a comunicação é compreendida como interação, estabelecendo vínculo entre pessoas (FERRARI, 2012). Longe das políticas públicas e das com possibilidades remotas de acesso, com quem é possível dialogar socialmente pelos reais interesses e necessidades?

É notável a urgência das reflexões quando observáveis os depoimentos das mães entrevistadas frente à necessidade de isolar-se de algumas atividades, além disso, esse isolamento obrigatório pode ser tendencioso no quesito redução da qualidade de vida da pessoa com deficiência pela ausência dos atendimentos e manutenção deles, realizadas por membros da família, no caso a genitora, sem a formação adequada para tal. Nota-se isso, ao perceber como a mãe se expressa nesse sentido:

Então assim, a rotina da gente é mais a casa, ele, a gente tira um tempinho para poder fazer alguma coisa com ele botar ele sentado, agora ele está querendo ficar no chão e só rolando pelo chão. Ai a gente tem mais essa, essa, o trabalho de casa, né? O trabalho que não para [...] Digamos assim, a gente tem um trabalho a mais, porque assim, o trabalho que o fisioterapeuta fazia então, a gente acaba tendo que fazer, né? [...] A gente tenta fazer do nosso jeito. A gente sabe que não é igual, mas, mas a gente vai tentando.

Nos dois fragmentos narrados pela mesma genitora a respeito do seu filho, são apresentados questionamentos sobre a extensão do trabalho com a criança que agora reverbera na dinâmica da família. Em adendo, a mãe ressalta que “a gente tem mais essa”, referindo-se às demandas que aumentaram e traz, como um comportamento que não se manifestava, o fato de a criança rolar-se ao chão, possivelmente pelo tempo ócio, que antes era preenchido em espaços benéficos e favoráveis à sua inclusão socioeducacional.

A ausência de mão de obra qualificada para a continuidade do acompanhamento terapêutico e/ou psicoeducacional também eclodiu em diversas falas. Nesse sentido, a mãe relata a

tentativa de imitar o serviço a ser realizado pelo fisioterapeuta, mesmo sabendo que jamais seria igual, porém, o faz por entender a necessidade de a criança precisar da terapia que, por causa da pandemia, tornou-se indisponível temporariamente. Onde estariam os espaços e os contatos alternativos para a continuidade dos serviços anteriormente oferecidos de maneira inclusiva e proporcionando a acessibilidade?

É notório, também, o destaque sobre como o distanciamento social, por diversos fatores, acentuou o distanciamento da pessoa com deficiência na sociedade por vieses que perpassam desde o entendimento e a adaptação às novas regras sociais até o distanciamento emocional da criança com os demais pela ausência de contato e convívio. Nota-se no discurso:

Ele sentiu... sentiu, porque ele gosta, ele é rueiro, então ele gosta de sair, então assim, [...] quando ele ver que está arrumando ele, ele fica agitado, porque ele quer sair [...] E assim... para a gente sair, e a gente fica com esse receio, porque ele não fica de máscara, então quando a gente sai, a gente tenta colocar a máscara, mas ele não gosta, ele não usa, então acaba, fica difícil a gente sair com ele pra nada. [...] Em relação a escola digamos assim, nunca eles têm atividades para ele, não tem atividade. Só teve uma vez, nessa pandemia toda eles só enviaram uma atividade para ele.

Inicialmente, tem-se relatado o retraimento da família por medo da criança contrair o Coronavírus, seja pela situação em que a pandemia se encontrava ou pelo uso inadequado de máscara, objeto imprescindível que a criança tem rejeitado. Essas situações ocorrem de forma concomitante ao medo por parte dos adultos e a não total compreensão da criança. Isso se tornou fatores que culminaram no distanciamento social para todos os membros da família, de modo direto ou indireto, reduzindo-os a um estado de invisibilidade conjunta diante de uma segregação implícita já vivenciada em outras décadas (PICCOLO, 2015; RIBAS, 2003; SILVA, 1987). As restrições do isolamento social, por sua vez, restringiram também alguns contatos sociais e não trouxeram outras perspectivas de engajamento para a continuidade das atividades.

Na contramão dos avanços obtidos para inclusão educacional, foram também apresentados discursos que colocaram em evidência como a escola do indivíduo aqui posto e que representa as demais, também se distanciou da sua função de incluir por não considerar, por exemplo, a Resolução nº 02/2001 do Conselho Nacional de Educação, ao garantir:

flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos com necessidades educacionais especiais [...] (BRASIL 2001).

Refletir sobre os vários aspectos em que a pessoa com deficiência, nesses casos majoritariamente crianças, foram prejudicadas pelo distanciamento social naturalmente imposto, é um importante movimento que se desdobra em inúmeros outros que poderão, futuramente, ser contemplados em demais estudos. Emerge, nesse aspecto, a necessidade de (re)pensar os espaços frequentados por essas pessoas e como a presença e a participação deles são pontes fundamentais para que a inclusão aconteça.

Ainda se faz preciso, também, desmistificar ideias de que a educação inclusiva se constitui estritamente nos entremuros da sala de aula regular. Junto ao professor da sala comum está uma vertente de se fazer a inclusão do indivíduo, mas é vital encará-lo enquanto ser biopsicossocial que frequentará outros espaços, que constituirá novos saberes educativos formais ou não-formais e que também necessitará de acessibilida-

de para que seja incluso nos diversos mais (JESUS, 2022, p. 67).

Dentre os fatores abordados, nota-se que o recomendado distanciamento social pode transformar-se, por um viés crítico-ideológico, em isolamento direcionado e proposital, tornando um grupo minoritário afastado do convívio com o restante da sociedade e vivendo socialmente marginalizado do por vir. Para Mantoan e Rodrigues (2006), a inclusão está posta na interação com o outro e a perspectiva de entender as diferenças existentes entre as pessoas como forma de aceitação para uma sociedade cada vez mais diversa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pandemia do Coronavírus, o mundo vivenciou mudanças nas relações interpessoais, de trabalho, estudo e lazer. Tais mudanças afetaram todas as pessoas sem discriminação. Crianças, Jovens, adultos e idosos, típicos ou com algum tipo de deficiência, tiveram que se adaptar às regras sanitárias que tentavam minimizar os riscos e a exposição ao vírus. Essa adaptação, infelizmente, não se deu de maneira linear e progressiva, dificultando que algumas pessoas com deficiência continuassem a usufruir de um convívio social e passassem a ocupar um lugar de marginalização dentro dessa nova configuração.

Para as pessoas com deficiência, o distanciamento social imposto parece ter refletido no maior isolamento, contribuindo com a acentuação do estigma da diferença e da incapacidade, principalmente por nem todos conseguirem se adaptar com rapidez às novas exigências e manterem algumas atividades sociais. Consequentemente, as famílias dessas pessoas também passaram a serem reflexos do distanciamento e se ausentaram de muitas atividades que corroboravam para a inclusão socioeducacional de todos e em múltiplos espaços.

Os próximos retratos da pandemia refletirão cada vez mais o acentuamento das lacunas pré-existentes antes dela, em que o distanciamento se transforma com intencionalidade em isolamento e coloca novamente em evidência a necessidade de um esforço hercúleo para reafirmar as políticas de inclusão cada vez mais urgentes e imprescindíveis.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. M. et al. Os impactos da pandemia covid-19 na vida das pessoas com transtorno do espectro autista. **Revista da SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 48, p. 91-105, mar./jun. 2020,

BRASIL. **Direito à educação**: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais. Brasília: editora ou instituição, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001**, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília:

CNE/CEB, 2001. Disponível em: [www... Acesso em: 07 mar. 2022.](http://www.cne.br)

BRASIL. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: dia jun. 2022.

FERRARI, M. A. **Gestão da comunicação intercultural nas organizações brasileiras em tempos de globalização**. In: Encontro da Compós, XXI., 2012. Juiz de Fora - MG. Anais... Juiz de Fora, MG: Compós, 2012.

GAZETA DO POVO. **Números do Coronavírus**. Disponível em: <https://especiais.gazetado->



povo.com.br/coronavírus/números/. Acesso em: 11 ago. 2021.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

JESUS, M. W. P. de. **Inclusão socioeducacional de educandos com deficiência intelectual: percepções de mães da APAE Salvador**. Orientador: nome. 2022. 165 f. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia, Bahia.

MAGALHÃES, J. L. Q de. **Os Direitos Humanos como projeto de sociedade: o direito a diversidade como o fundamento dos direitos humanos e uma nova sociedade**. In: PINTO, J. B. M; SOUZA, E. G. de (org.). **Os direitos humanos como um projeto de sociedade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015. p. 57-94

MANTOAM, M. T. E.; RODRIGUES, D. (Org). **Inclusão e Educação, o direito de ser, sendo diferente na escola**: doze olhares sobre a Educação Inclusiva. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MINAYO, M. C. S. (org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2015.

OPAS. **Folha informativa sobre COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 11 ago. 2021.

PICCOLO, G. M. **Por um pensar sociológico sobre a deficiência**. São Paulo: Appris, 2015.

RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA. O. M. A Epopeia Ignorada. **A pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem de Hoje**. São Paulo: Cedas, 1987.